

ARTIGO Nº4

CÓRREGOS (E DESÍGNIOS) OCULTOS NA

CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

HIDDEN STREAMS IN CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

(MAIN CAMPUS OF UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

RAMÓN STOCK BONZI

CÓRREGOS (E DESÍGNIOS) OCULTOS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

RAMÓN STOCK BONZI*

* Especialista em Arquitetura da Paisagem pelo Senac e em Meio Ambiente e Sociedade pela FESPSP; mestrando na FAUUSP na área de concentração Paisagem e Ambiente.

E-mail: rsb@usp.br

RESUMO

A expansão da cidade paulistana foi caracterizada pela canalização de córregos e rios a fim de dar espaço para a infraestrutura de suporte à produção e circulação de mercadorias. Ao contrário do que se poderia imaginar, o modo como a Universidade de São Paulo lidou com as águas, no processo de urbanização de seu campus no Butantã, não foi diferente do tratamento que as cidades brasileiras dedicaram aos seus rios e córregos. Este artigo descreve a história dos córregos presentes na cidade universitária e investiga a existência de um lendário córrego oculto que passa pelas imediações da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira; Córrego Oculto; Universidade de São Paulo; Canalização de córregos; Urbanização.

HIDDEN STREAMS IN CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA (MAIN CAMPUS OF UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

ABSTRACT

The expansion of São Paulo city was characterized by channelling streams and rivers with the aim of making room for the support infrastructure to production and movement of goods. On the opposite to what might be imagined, the way the University of São Paulo dealt with the waters, during the urbanization of its campus in Butantã, was not different than the way Brazilian cities dedicated to its rivers and streams. This article describes the history of the streams present at that campus and investigates the exis-

tence of a legendary hidden stream that passes through the surrounding area of the FAU (Faculty of Architecture and Urbanism) buildings.

Keywords: *Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, Hidden Stream, University of São Paulo, Channelling Streams, Urbanization.*

INTRODUÇÃO

Ao contrário do que se poderia esperar, dada a sua excelência, abundância de recursos e diálogo com a comunidade internacional, o modo como a Universidade de São Paulo lidou com as águas, no processo de urbanização de seu campus no Butantã, não foi ambientalmente ou paisagisticamente mais sensível do que o tratamento padrão que o capitalismo retardatário à brasileira dedicou aos seus rios e córregos.

Operações típicas da expansão da cidade paulistana, o aterramento de várzeas e a canalização de córregos e rios podem ser explicados pela pressão de setores do sistema capitalista para a transformação de corpos d'água em infraestrutura de produção e circulação de mercadorias – quer seja em solo urbano a ser negociado, em admirável máquina hidráulica para gerar energia, em sumidouro para efluentes industriais ou ainda em avenida de fundo de vale para viabilizar uma sociedade baseada no automóvel.

Em tese livre das constrições do mercado, a produção do espaço físico de uma instituição sem fins lucrativos não tinha a necessidade de replicar as práticas hegemônicas de um urbanismo hidrofóbico.

Dada a existência de bem divulgadas alternativas contemporâneas no trato com a água, como as de Saturnino de Brito para as margens do Rio Tietê (sem mencionar experiências internacionais bem mais antigas como as de Olmsted), é condescendência imaginar que no campus do Butantã não havia outras possibilidades que não a de se replicar o que se praticava na “cidade de verdade”.

Nossa hipótese é radical: o campus da cidade universitária é manifestação espacial da chamada modernização conservadora. Fruto de uma urbanização voltada para os interesses das elites e dos donos do poder, a produção do campus foi e continua sendo caracterizada pela supressão do espaço público, por um modernismo arquite-

tônico quase sempre reduzido à sua estética (e que desconsidera a base biofísica que o acolhe), pela importação de modelos exógenos e pelo sempre renovado pacto com setores retrógrados da sociedade.

É dentro desta chave analítica que investigamos o tratamento dado aos corpos d'água do campus da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira.

A investigação sobre a existência de um lendário córrego oculto¹ nas imediações da FAU é atividade geradora de reflexões, abordagem complementar que incorpora à pesquisa as esferas da percepção e da sensibilidade.

A HISTÓRIA FLUVIAL DO CAMPUS

O campus da Cidade Universitária foi criado em 1941, em área que um dia pertenceu à Fazenda Butantan². De propriedade do Instituto Butantan desde 1899, esta gleba periférica da cidade era delimitada, como acontecia com frequência, por elementos fluviais: rio Pinheiros e ribeirões Jaguaré, Pirajussara e Pirajussara Mirim.

No levantamento aéreo do consórcio Ministério da Agricultura/DNPM/DA, de junho de 1940, é possível visualizar a chegada da retificação do rio Pinheiros junto à Cidade Universitária (figura 1). Abarcado o ponto onde o Ribeirão Jaguaré entregava-lhe as suas águas, próximo de onde hoje temos a Portaria 2 (Av. Escola Politécnica), a retificação do rio Pinheiros avançava em direção sul.

A correção também foi o destino dos ribeirões que delimitavam a Fazenda Butantan. Sobre o ribeirão Jaguaré, Campos, um dos integrantes da Comissão da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, explicou que a “*canalização deste córrego,*

¹ Segundo Bartalini, os córregos ocultos são os cursos d'água capilares, muitas vezes anônimos, que canalizados desapareceram sob o chão das cidades.

² O Instituto Butantan foi inaugurado em 1899, quando o governo do estado convocou o Instituto Bacteriológico (atual Adolpho Lutz) para instalar um laboratório em área desapropriada da Fazenda Butantan. Operando em instalações improvisadas – médicos trabalhavam em um estábulo ao lado de vacas sendo ordenhadas – o laboratório produziu soro que combatia a peste bubônica, epidemia que então assolava o porto de Santos. O laboratório ganhou autonomia em 1901, inicialmente com o nome de Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo. Ao requisitar parte da área para a USP, o governo compensou o Instituto com a Fazenda São Joaquim, em São Roque.

numa extensão de dois quilômetros, até a estrada de Itu, foi o primeiro trabalho para tornar possível a utilização da gleba universitária” (1954, p. 79). No ponto da estrada de Itu referido acima, hoje está Av. Corifeu de Azevedo Marques.

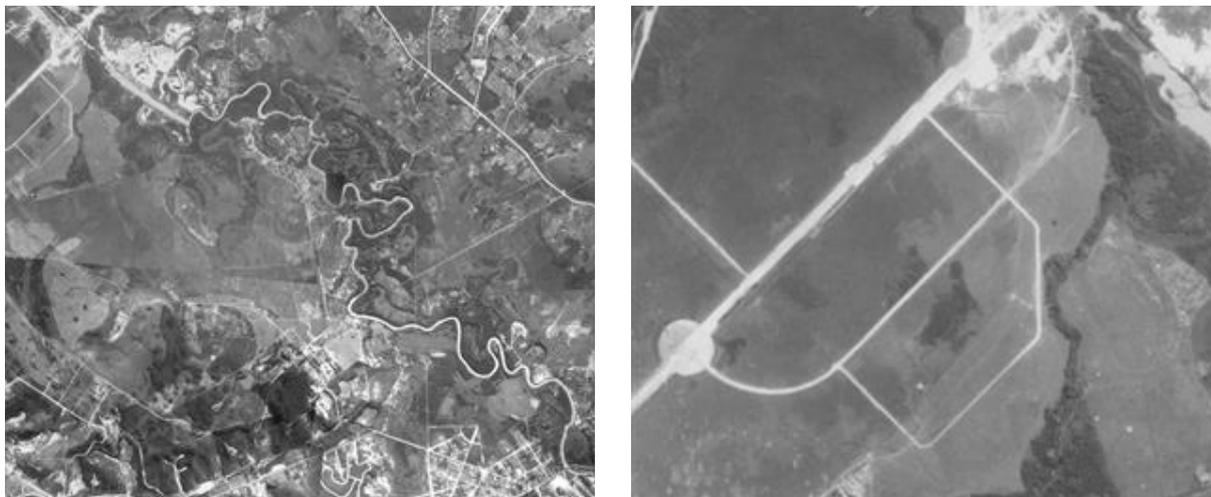


Figura 1 – Imagens do levantamento aéreo do consórcio Ministério da Agricultura/DNPM/DA, de junho de 1940. À esquerda, panorama geral do campus. À direita, detalhe do Ribeirão Jaguaré.

A retificação foi realizada em 1945 pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Ao acomodar-se às suas margens, o IPT (que até então se localizava na Escola Politécnica, na Av. Tiradentes) tornou-se o pioneiro do campus (CAMPOS, 2004, p. 197).



Figura 2 – Vista aérea das instalações do IPT no Butantã (1949). Fonte: IPT (Flickr). Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/iptbr/>. Acessado em 14 de julho de 2013.

A canalização do Pirajussara, rio caudaloso que nasce no Embu das Artes a 18,5 km de sua foz na Cidade Universitária, seguiu a mesma lógica do Jaguaré: canalizar para ocupar. Relata Campos: “*Êstes cursos d’água eram irregulares, sinuosos, trans-*

bordantes, desabusados, de regime muito variável; inundavam a várzea, tornando-a inviável para qualquer utilização. Havia, portanto, absoluta necessidade de canalizar os dois arroios” (p. 101).

Hoje, o trecho paulistano do córrego de 7,3km está inteiramente canalizado. Desse total, 6,2km em galeria fechada – o Pirajussara flui oculto em galeria pluvial com seção de 11,5m sob uma avenida de fundo de vale, a Av. Eliseu de Almeida.

Quem acessa o campus pela Portaria 1, aquela em frente ao cruzamento da r. Alvarenga com a av. Afrânio Peixoto, sabe que todo ano, durante as chuvas de verão, o Pirajussara reconquista suas várzeas. Enquanto a imprensa acusa o ribeirão de causar enchentes – discurso perverso que naturaliza o socialmente construído - Custódio denuncia que as tentativas de mitigá-las sempre acontecem em área de população abastada, em detrimento da montante, mais desprovida e populosa (2002, p. 214).

No trecho em que corre dentro da Cidade Universitária, o Pirajussara teve mais sorte do que o Jaguaré. O rio está canalizado, mas escapou do sepultamento em galeria subterrânea, destino que também tocou o afluyente Pirajussara-Mirim, que flui hoje sob a Av. Corifeu de Azevedo Marques.

Após a confluência, que ocorre atrás do edifício da Fundação Butantan, nas proximidades da esquina das avenidas Vital Brasil e Corifeu de Azevedo Marques, as águas dos Pirajussaras percorrem o campus em seu último quilômetro. A céu aberto, retornam à paisagem as fragrâncias que Embu e Taboão da Serra lhe confiaram zelosamente. Camuflado pela vegetação que planejada sem requinte tenta lhe acaçar a presença, causa desconforto à Escola de Aplicação. É estorvo também para a vivência da Escola de Educação Física e Esportes (EEFE) em grau que só pode ser comparado ao aconchego que proporciona às capivaras que tanto apreciam sua calha construída.

Na CUASO dos anos 40 e 50, canalizar córregos não era suficiente. Precisava-se proceder ao aterramento, afinal, segundo a Comissão, a várzea era *“imprestável pela umidade do solo; nas depressões, subia a água até o tornozelo em certos períodos. Impraticável o trânsito de veículos sobre a camada superior de turfa mole e encharcada. Em síntese, terreno de pouco valor, desde que se não o aterrasse”* (idem).

Campos relata que para realizar a terraplanagem *“mais de dois milhões de metros cúbicos desceram da colina”*. Para ele, tratou-se de bom negócio já que a obra elevou o preço

do terreno de 20 cruzeiros o metro quadrado para 600. Trata-se de argumentação que causa embaraço: pretendia a Comissão da Cidade Universitária vender parte do campus?

Embora já estivesse sendo ocupado – além do IPT, o Instituto de Física terminava a instalação de seu Bétatron (acelerador de elétrons) e o Viveiro de Plantas ocupava área de oito hectares – o campus só começou a ser alvo de planejamento no final da década de 40. Logo após a organização do campus em setores de atividades afins, quem encabeçava o Plano Geral da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo (1949) era o Rio Pinheiros. Em seu avesso, naturalmente:

São as seguintes as demais diretrizes do plano. Abandono do Rio Pinheiros, poluído. Excluído como elemento integrante do conjunto. Isolamento dêsse rio como parte integrante do núcleo universitário, por meio de uma avenida marginal e externa. Substituição do rio por um lago que lhe acompanha o rumo retificado e dele separado pela mencionada avenida marginal; utilização do rio apenas como receptor de águas pluviais ou servidas. (CAMPOS, 1954, p. 24)

O plano também alterou os projetos anteriores que pretendiam que o acesso principal ao campus fosse feito por ponte que transporia o rio perpendicularmente, em direção à Av. Dr. Arnaldo. No entanto, o suposto projeto da Light de tornar o rio navegável e o custo e a complexidade de transpor dois vãos de 100 metros (o do Rio e o “lago”, hoje Raia Olímpica) levaram à proposta de acesso principal via *parkway*³ com cem metros de largura¹, prolongamento da Av. Afrânio Peixoto. Segundo Campos, esta seria “a maior e mais bela Avenida da América do Sul” (p. 107). As mudanças de planos trariam outras vantagens: a escavação do lago, paralelo ao Pinheiros canalizado,

não somente para facultar condições esportivas, de recreio e ornamento, como, ainda, porque dali seria extraída, como está sendo, imensa quantidade de areia e pedregulho para as obras. (...) Convém acentuar que o rio é poluído e mal cheiroso, principalmente na sêca. Ao chegar-se à Cidade Universitária, seria inevitável o odor nauseante. Poderia este inconveniente vir a ser removido pelo tratamento dos esgotos; não sabemos, porém quando isto ocorrerá (p.27).

Seis décadas adiante, continuamos sem saber quando (e se) isto ocorrerá. Sabe-se, no entanto, que a última tentativa, o tratamento por flotação, consumiu dez anos e 160 milhões de reais, sem resultado relevante.

³ A *parkway* saiu do papel sem a largura planejada. É a atual Avenida da Universidade.

Durante mais de década, a raia também teve futuro incerto. Era uma realidade bastante diferente da descrita por Campos, para quem “*Êste recanto da Cidade Universitária lembra o rio Cam, que embeleza a Universidade de Cambridge*” (p. 130).

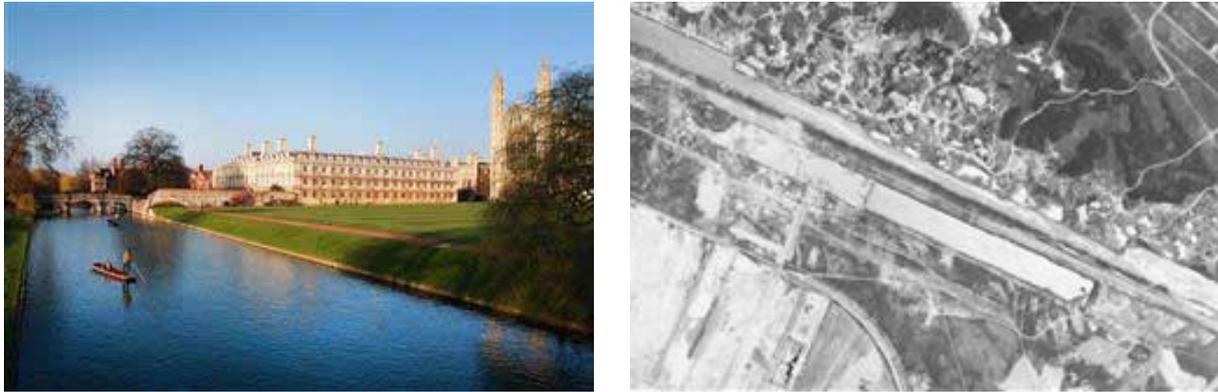


Figura 3 – À esquerda o Rio Cam, em Cambridge, inspiração da Raia Olímpica. À direita, o estado precário da raia. (Consórcio Vasp-Cruzeiro, 1954).

Entre períodos de abandono e de extração de areia e pedra para a construção de edifícios da Cidade Universitária, a sua efetiva destinação como área de esporte só ocorreu em 1962, quando a cidade de São Paulo estava às vésperas de sediar a quarta edição dos Jogos Panamericanos. Antes disso, o “lago” era reles sequência de valas preenchidas por águas da chuva e de algumas nascentes próximas. Miguel Reale⁴, o reitor na época, recordou o período em depoimento para a revista *Estudos Avançados*:

A esse respeito, lembro-me que Anhaia Melo apresentou-me o traçado de uma raia olímpica para remo, a ser localizada ao longo do canal do rio Pinheiros, mas em altura bastante para livrá-la da interferência do rio, cuja poluição já se iniciara. Argumentava o ilustre urbanista que, se no decorrer de vários anos, viesse a ser feita a extração de areia necessária à construção dos prédios universitários dentro do perímetro da raia projetada, à medida que fosse retirada a areia, os vazios iriam sendo progressivamente ocupados por água pura proveniente dos lençóis freáticos que, do alto da cidade universitária, fluem naquela direção. Esse programa ficou fazendo parte integrante do plano da cidade universitária então aprovado e (fato raro, dada a nossa conhecida carência de continuidade administrativa) foi ele obedecido pelas administrações sucessivas (REALE, 1994, p. 29).

⁴ Miguel Reale (1910-2006) foi professor emérito da Faculdade de Direito da USP e exerceu dois mandatos como reitor da Universidade de São Paulo: 1949-50 e 1969-73.

Se a ideia foi de Anhaia Melo, o projeto coube ao prof. José Augusto Martins, da Escola Politécnica, que em entrevista de 2003 relembra os descaminhos da Raia, que:

no começo tinha um defeito, porque o fundo não é plano, a escavação da areia, pelo FUNDUSP, era feita onde houvesse a mina. Mais ou menos na direção do conjunto habitacional, havia fossos de quase 17 metros de profundidade e onde está o Laboratório de Hidráulica, um afloramento rochoso que estava próximo do nível d'água. Era uma dificuldade para a regata, por causa da reflexão da onda, porque dificultava a remada. Isso foi sanado, pois numa das férias o FUNDUSP dinamitou tudo, e a raia olímpica ficou perfeita (POLI).

Em resposta às acusações de que a raia era poluída pelo r. Pinheiros nas ocasiões em que este tinha o seu curso invertido pela Usina Elevatória de Traição⁵, esclarece:

O refluxo do esgoto do Pinheiros não vem nunca à raia olímpica porque o lençol de água se movimenta na direção do Pinheiros. (...).Agora, quem não conhece bem hidráulica subterrânea, diz, puxa, então o esgoto vem no sentido da raia. Não vem porque a distância é grande e a velocidade da água subterrânea é muito baixa nesse tipo de terreno; é da ordem de cinco metros por dia. Quando o fluxo vem do rio para a raia ele se choca com o fluxo natural do lençol freático até que os níveis, estabilizando-se, o escoamento natural se restabelece e a poluição não atinge a raia (POLI).

As inundações também foram alvo do Plano Geral da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. Segundo Campos (1954), *“os terrenos de várzea da Cidade Universitária são imunes contra qualquer inundação”* (p. 130). Uma vez que o r. Pinheiros tem um nível máximo fixado contratualmente (716,5m), seu nível é inferior ao da raia e *“uma comporta bem agenciada permite que as águas do lago se esvaziem no Pinheiros quando necessário, sem que possam ter caminho de retorno”* (p.129). Mas por via das dúvidas, a Comissão achou por bem vigiar as águas: *“instalamos duas régua graduadas verticais, uma na margem do Pinheiros, outra na margem do lago. Podemos destarte acompanhar diariamente o regime das águas em ambos. Tudo isso não é maravilhoso?”* (Campos, 1954, p. 130)

⁵ No seu curso natural, o rio Pinheiros era formado pelos rios Guarapiranga e Grande e seguia em direção ao Tietê. Eles foram represados dando origem aos reservatórios do Guarapiranga (1908) e Billings (1925). Este foi criado para gerar energia elétrica via usina de Henry Borden, em Cubatão, e também como controle de inundação. Já a Guarapiranga atendia a Hidrelétrica de Parnaíba. Com a canalização dos rios Tietê e Pinheiros, a água de ambos passou a ser bombeada para a Billings. Usadas para abastecimento d'água (Guarapiranga desde 1928 e Billings desde 1958, mas somente seus braços Taquecetuba e Riacho Grande), a reversão do curso está restrita a eventos de cheia desde 1992. As represas estão ligadas e a Billings contribui com 1/3 da água da Guarapiranga.

Hoje, apesar de ser utilizada por público restrito e de estar escondida por alambrados e por capim que cresce alto, a Raia Olímpica é um marco importante na paisagem do campus, o que explica porque a av. Prof. Melo Moraes, que corre paralela ao seu lado, é mais conhecida como Avenida da Raia. Segundo Barros não falta quem lhe chame de “Avenida das Arraias” (2002-2003, p. 169).

Se a raia, em teoria, não tinha como ser poluída, mesma sorte não teve o enigmático e anedótico “Rio Tejo” da Escola Politécnica.

O canal foi construído no mesmo ano da conclusão da raia, 1962. Seu objetivo era viabilizar a implantação da Escola Politécnica, o que na avaliação da Comissão só seria possível se fosse drenada toda a água pluvial do talude hoje ocupado pela FFLCH.

O Tejo “nasce” na Pça do Relógio, flui sob o Instituto de Psicologia, recebe a luz do dia ao cruzar a av. Prof. Lúcio M. Rodrigues e deságua no oculto ribeirão Jaguaré.

No cotidiano, observa Barros (p.170), o canal divide as unidades da POLI em “Além-Tejo” (Engenharia Mecânica, Mecatrônica, de Materiais, de Petróleo, de Minas e Naval) e “Aquém-Tejo” (Engenharia de Produção, Civil, Química e Elétrica).



Figura 4 – O canal de drenagem conhecido como “Rio Tejo”. À esquerda, sua montante. À direita, o duto que entrega as águas ao Ribeirão Jaguaré.

Degradado como canal de esgoto a céu aberto, Landgraf (METMAT) relata que em 1999 investigações foram conduzidas para descobrir suas fontes de contaminação. Além de ser acusado de produzir mau cheiro, resultado óbvio da sina brasileiríssima que transforma corpos d’água em canais de esgoto – ao Tejo eram atribuídos outros desmazelos do campus: mosquitos, insegurança, transbordamento e até o trânsito local.

Passaram-se dez anos até que um projeto da COCESP (Coordenadoria do campus da capital), Politécnica e SABESP iniciasse a despoluição do canal.

Em 2011, uma parceria da prefeitura da USP com o IB (Instituto de Biociências), financiada pelo FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), prosseguiu com ações para despoluição e recuperação da mata ciliar.

A parceria também responde pelas intervenções na Reserva Florestal do IB-USP, área de acesso restrito que abriga remanescente de mata típica do Planalto Paulistano. Em seu coração encontra-se a mítica nascente de um riacho muito falado, mas visto por poucos. Comenta-se que lá existe até cachoeira. Seja como for, lá há um lago formado por represamento artificial. Não tivesse sido radicalmente antropizado, o curso d'água seguiria em direção ao ribeirão Jaguaré.



Figura 5 – Imagens aéreas de 1958 do campus. À direita, aproximação revela córrego e lago em área em que hoje está o Parque Esporte para Todos. Fonte: www.geoportal.com.br.

As intervenções pretendem recuperar a mata ciliar e a mata do viveiro, vizinha à reserva. Gerou algum protesto a erradicação das seafórtias (*Archontophoenix cunninghamiana*), palmeira invasora de origem australiana. Alegava-se que essa medida poderia afetar as nascentes.

Dado seu topo tabular (que facilita a infiltração de água da chuva), a colina abriga outras nascentes, além daquela que forma o “lago da biologia”. Uma delas é a alma mater do sistema hídrico do Instituto Butantan e outra forma o riacho do Parque Esporte para Todos (mais conhecido como Bosque da Física).

Existiria outra nascente entre essas duas. Dela surgiria o lendário “córrego da FAU”, curso d'água que teria sido canalizado e enterrado por ocasião da construção do prédio Vilanova Artigas.

Segundo uns, o córrego passaria à esquerda do edifício. Para outros, à direita. Há ainda a versão de que o córrego passaria embaixo do

edifício, teoria que é vista com mais desconfiança. Mas deste córrego trataremos mais adiante.

O Córrego San Remo ou Riacho Doce, afluente do Ribeirão Jaguaré, também não consta nas narrativas de Campos. Esquecimento que não mereceria comentário, não fosse prenúncio de seu destino.

Tal como o córrego, invisível à Comissão por sua pequenez e localização periférica, a área que corresponde à sua microbacia de drenagem foi abandonada. Não tardou a ser ocupada. Tolle conta que às margens do riacho se instalou o núcleo mais antigo da San Remo (2006, p. 40). Decerto o riacho providenciou meios de subsistência para seus primeiros habitantes. Uma coisa é certa: desamparada pelo poder público, o povo do vale do Riacho Doce se descobriu favela. O riacho virou esgoto a céu aberto, com todas as consequências que isso acarreta, como relata o sr. José Santana, representante da Associação dos Moradores da San Remo, em depoimento de 2006:

A USP já mandou várias equipes para estudar a canalização, mas, até agora, nada mudou. Nós pedimos direto para canalizar. Já chamamos até a TV. O córrego não chega a 500 metros, todo a céu aberto, recebe todo tipo de esgoto. Já teve caso de grávidas que perderam o bebê. O cheiro é insuportável. Tem uma indústria têxtil que joga um produto que fede mais que tudo. Foi multada pela prefeitura de São Paulo, mas, agora, só não fica colorido das tintas que nem antes. Agora eles jogam uma base, mas o produto continua igual” (TOLLE, 2006, p.40).



Figura 6 – O córrego San Remo – também conhecido como Riacho Doce - em trecho dentro da favela.

Manifestação socioespacial da omissão do estado com vistas ao barateamento da força trabalho e à manutenção de um exército reserva de mão de obra, a San Remo continua a sua luta para virar cidade.

Enquanto a comunidade San Remo aguarda a canalização e despoluição do córrego, as nascentes do Doce podem estar em séria ameaça por conta da construção do “Parque dos Museus”⁶, conjunto de 53 mil m² acomodado na chamada “Mata da Veterinária”. O empreendimento está sofrendo muitas críticas e é objeto de um abaixo-assinado de repúdio *on-line*. Há quem especule que a Universidade de São Paulo será condenada a pagar algum tipo de compensação ambiental – além da relativa ao corte de árvores. Aponta-se também a ironia e a falta de sensibilidade de uma obra que exige compensação quando ela mesma já é uma compensação.

⁶ O “Parque dos Museus” foi projetado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha e será sede do Museu de Arqueologia e Etnologia e do Museu de Zoologia. A obra é parte de um conjunto de medidas compensatórias impostas à incorporadora Brookfield por ter danificado um sítio arqueológico durante a construção de prédio no Itaim-Bibi. Além das críticas à ocupação de área de nascente, a obra causou polêmica devido ao corte de 1325 árvores. A universidade se defendeu alegando que:

*o projeto de compensação ambiental da área é baseado na portaria 44/2010, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que rege o licenciamento ambiental na cidade de São Paulo; 83,2% das árvores a serem cortadas são compostas por espécies exóticas (não pertencentes à flora nativa do Brasil, como eucaliptos, leucenas, agaves, entre outras), das quais 65% são exóticas invasoras, tais como leucena (*Leucaena spp*) e a palmeira seafortia (*Archontophoenix cunninghamii*). As plantas invasoras competem com as plantas nativas da vegetação do campus, sendo esta a segunda maior causa de perda de biodiversidade no mundo. (...); As árvores a serem cortadas têm porte de três a quatro metros de altura, não robustas, com baixo diâmetro, constituindo vegetação típica de áreas abandonadas, uma vez que este local já foi alterado mesmo antes da construção da Cidade Universitária, quando era ocupado por chácaras e pela antiga Fazenda Butantã. (...); a obra conta com Projeto de Compensação Ambiental, que realizará o plantio de espécies arbóreas nativas, incluindo espécies ameaçadas de extinção, de forma que haverá aumento da densidade arbórea em sete vezes, de 1.592 árvores (antes das obras) para quase 7.000.*

EM BUSCA DO “CÓRREGO OCULTO DA FAU”

A presença do chamado “Córrego da FAU” é duvidosa até quando se lança mão de recurso tão caro às investigações de córregos ocultos: as bases cartográficas históricas dos levantamentos feitos pela empresa Sara Brasil S.A., nos anos 30, e pelo consórcio Vasp-Cruzeiro do Sul, entre 1952 e 1959.

Nelas, a existência de um córrego nas imediações da FAU não foi assinalada.

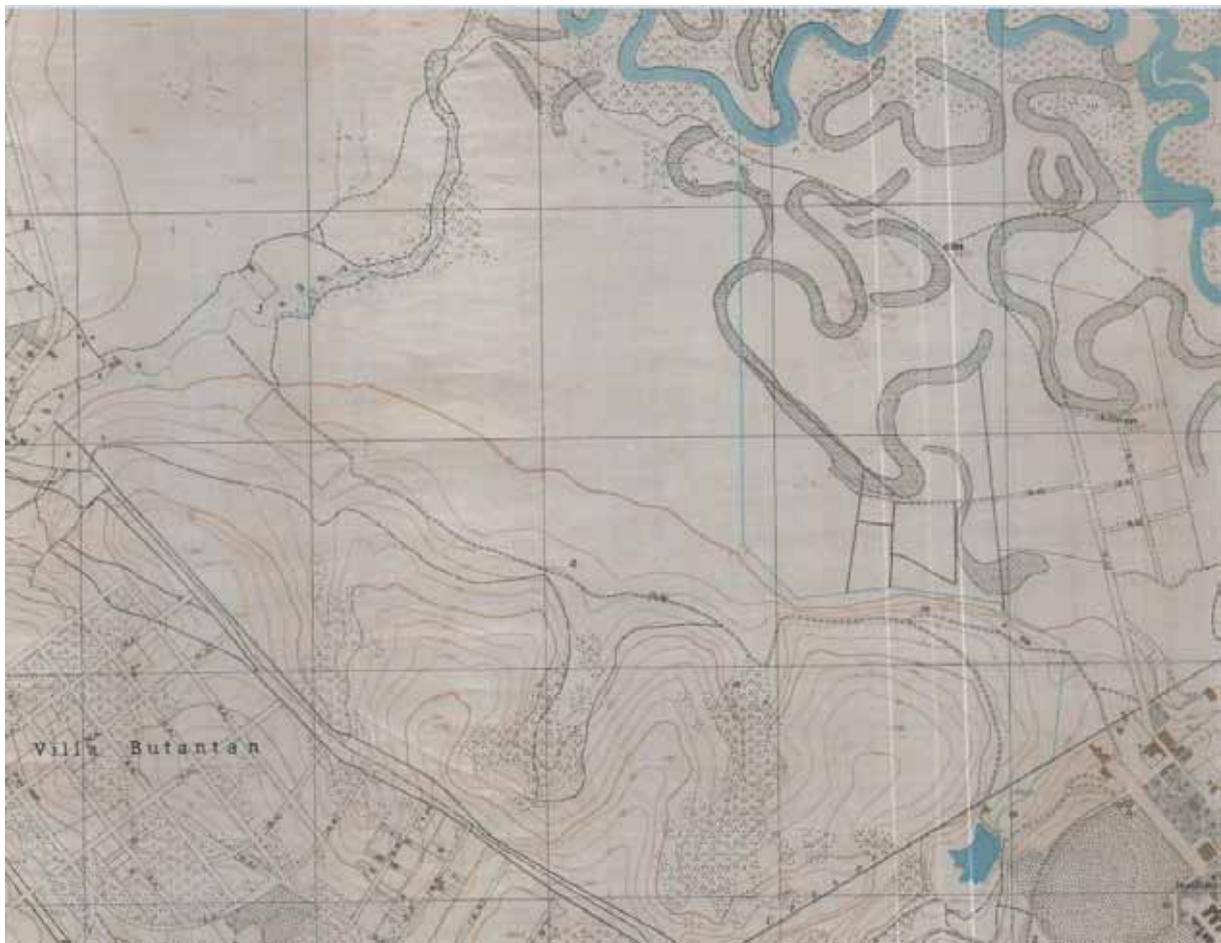


Figura 7 – Mappa Topographico do Município de São Paulo, executado pela Empresa Sara Brasil S.A., 1930.

Na base da Vasp, pode-se identificar os prédios dos Institutos de Biociência e de Física, a av. Prof. Luciano Gualberto, a av. Prof. Lucio Martins Rodrigues e a rua do Matão (ver figura 8). De acordo com o Vasp, teríamos duas “valas”, pequenos veios d’água, na altura da FAU. Elas davam em duas depressões nos arredores da av. Prof. Luciano Gualberto. Depois da avenida, há uma presença linear de água, alargada, também assinalada como “valo” no mapeamento.



Figura 8 – Identificação de marcos atuais em levantamento aerofotogramétrico da Vasp, 1952-1959. Executado pelo autor.

O maciço de lírio de brejo que se desenvolve vigorosamente na rua do Matão é testemunho favorável à tese de que a FAU teria um córrego. Atrás dos lírios, a colina se ergue na paisagem. Superado o temor de encher as botas d’água, o acesso para a sua subida, em tese proibida por uma cerca, é facilitada pelo trabalho de desbravadores, que afeiçoados pela extrema necessidade, ali levantaram um barraco.



Figura 9 – Do canto superior esquerdo, em sentido horário: maciço de lírio do brejo, o terreno sempre úmido, entrada improvisada, sumidouro e “barraco”. Fotos do autor.

Escondido entre bambus, um duto de drenagem indica uma possível alimentação de córrego subterrâneo. No entanto, seu arredor está seco.

Perto dali, e de volta à legalidade, uma tampa de concreto elevada do chão por estrutura de alvenaria testemunha que das colinas brota água em quantidade suficiente para alimentar um córrego. Situada entre uma touceira de lírios do brejo e o Instituto de Oceanografia, na r. do Matão, não é necessário chegar muito perto para escutar o barulho do fluido que é despejado em seu interior. Retirada a sua pesada cobertura, o caudal se revela e indica que o sentido de seu deslocamento é o mesmo dos automóveis.



Figura 10 – “Poço” do Oceanográfico: a “nascente” de nossa pesquisa. Aspecto geral (esq). A água flui em seu interior (direita). Fotos do autor.



Figura 11 – Seu traçado coincide com a Rua do Matão. À esquerda, bueiro junto ao Instituto Oceanográfico. À direita, no canteiro central. Fotos do autor.

O curso d'água pode ser rastreado por uma centena de metros, deslocando-se para o canteiro central da rua. No sentido contrário, à montante do “poço”, entre os lírios e o Oceanográfico, é possível ouvi-lo nos fundos do prédio administrativo da FFLCH e perto de um ponto de ônibus.



Figura 12 – À esquerda: reminiscências nos fundos da administração da FFLCH. No centro e à direita, presença na caixa de drenagem junto ao ponto de ônibus da administração da FFLCH. Fotos do autor.

São indícios, que embora apontem para a existência de um córrego que teria sido subtraído da paisagem pelo processo de urbanização da cidade universitária, se chocam com a base cartográfica. A trama se complica quando incorporamos à investigação a pista mais conhecida do mítico “córrego da FAU”: a tampa de concreto que repousa aos pés de uma árvore entre o prédio Vilanova Artigas e seu anexo.



Figura 13 – Aproximações da estrutura arredondada de concreto aos pés de uma árvore entre o edifício Vilanova Artigas e o anexo da FAU. À direita, retirada a tampa que esconde o córrego. Fotos do autor.

É de se perguntar quanto alunos ali estiveram, aproveitando, sob a sombra da árvore, o intervalo entre uma aula e outra. Tomando-lhe por assento, quanto deles se deram conta de que este gesto incorporava ao seu cotidiano a fluvialidade original do sítio em que se ergueu o campus? Cumprido o rito de remoção da tampa, uma surpresa: o fluxo se confirma, mas sua profundidade é bem maior do que se poderia supor.

Subindo a rua do Lago, encontramos mais uma pista na altura do Instituto de Geociências. Ali, sob o gradil da Reserva Florestal, surge uma tampa de concreto em

tudo semelhante à encontrada sob a árvore da FAU. Dela emana o zunzunzum inconfundível da água em movimento. A proximidade com o lago levanta a suspeita de que estamos diante de seu ladrão. Seria a origem do fluxo sob a árvore da FAU?



Figura 14 – Bueiro sob gradil da Reserva Florestal: seria o lago a origem do córrego da FAU? Foto do autor.

Subindo a colina, os taludes do edifício Semi-Industrial da FCF e Escola Politécnica reúnem na paisagem uma série de vestígios de que por ali as águas descem em abundância. Caixas de drenagem a três metros de altura emitem barulho de água. Há também sulcos erosivos nos taludes, processo que se tenta erradicar na construção do prédio de Pesquisa e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências Farmacêuticas por meio de concretagem da encosta (cruzamento da rua do Lago com a travessa 12).



Figura 15 – Erosão provocada pela água e tentativa de eliminá-la. À esquerda, imediações do edifício Semi-Industrial da Poli. À direita, construção de edifício das Ciências Farmacêuticas, na r. do Lago. Fotos do autor.

Uma vez atingido o topo da colina, nas imediações da Praça Prof. Alípio Correio Neto e av. Prof. Lineu Prestes, cessam os vestígios. Nossa narrativa retorna ao edifício da

FAU. Ao lado da escada de acesso da av. Luciano Gualberto, um bueiro emite som de líquido em movimento. Acompanhando o traçado viário, seu ruído persiste até a altura do prédio de manutenção da FFLCH. E no outro sentido, até as imediações do Instituto de Energia e Ambiente (IEE).



Figura 16 – “Nascente” na FFLCH: a precária conservação ao menos quebra a monotonia da investigação. À direita, a quantidade de água é claramente menor do que no trecho próximo à FAU. Fotos do autor.



Figura 17 – Nas imediações da FAU: as manifestações sonoras mais intensas. Fotos do autor.



Figura 18 – Rumo ao Ribeirão Jaguaré: vestígios somem na altura do IEE. Fotos do autor.

Ao contrário do trecho da r. do Matão, este suposto braço do córrego, paralelo à av. Prof. Luciano Gualberto, se harmoniza com o levantamento aéreo VASP (figura 8).

Procedida a abordagem cartográfica e a investigação *in situ*, entramos em contato com a SEF (Superintendência do Espaço Físico) em busca de informações. Essa medida foi evitada ao máximo, já que queríamos saber até onde nossa investigação iria apenas com o uso dos recursos tradicionais das pesquisas de córregos ocultos – base cartográfica histórica e percepção.

Analisando-se as cotas do projeto básico de hidráulica fornecido pela SEF, averiguamos que a hidrografia dos arredores foi assim disciplinada:

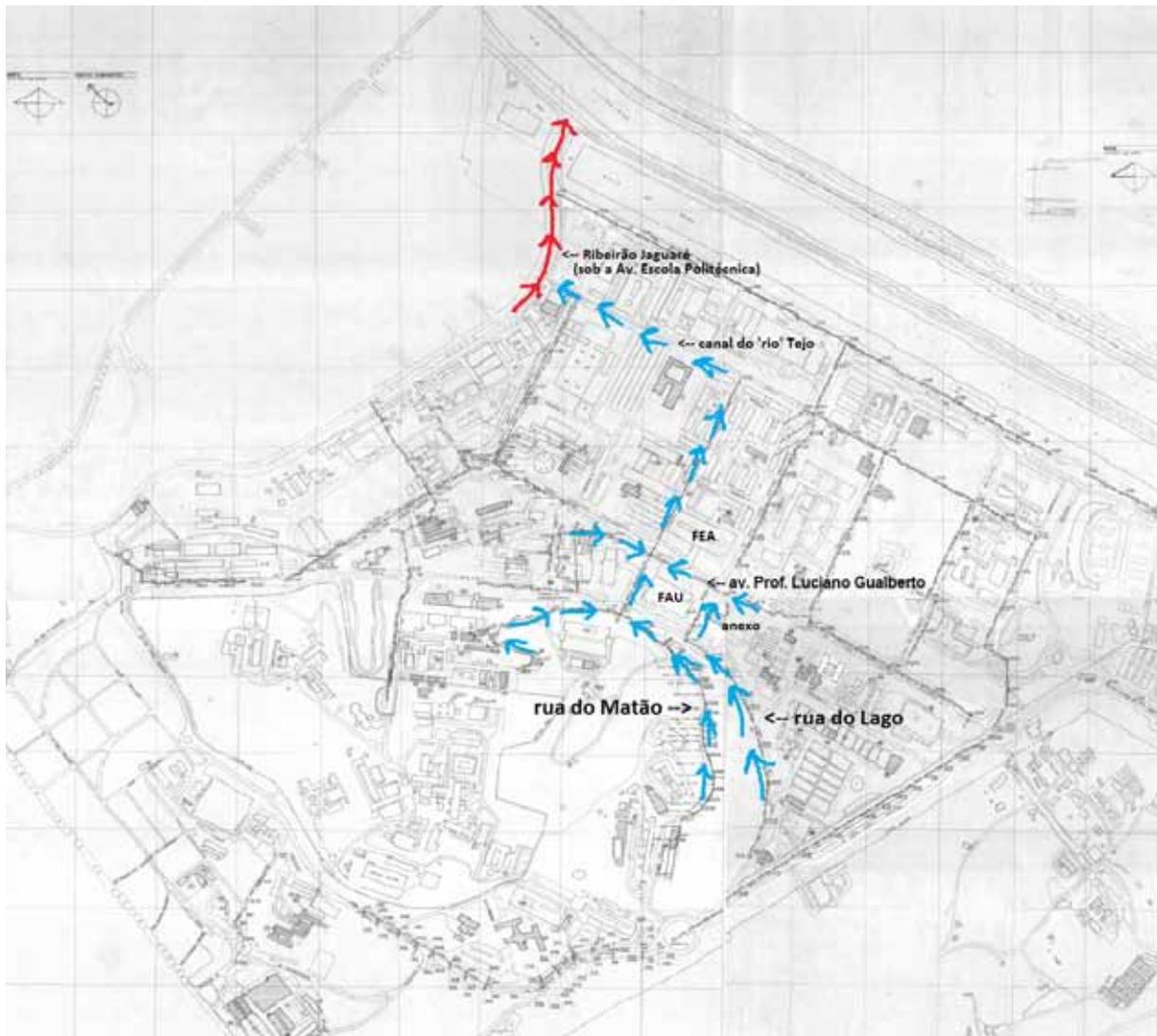


Figura 19 – O fluxo das águas do córrego oculto da FAU. Elaborado a partir da Planta de Projeto Básico de Infraestrutura do campus (Hidráulica. Maio de 1989), gentilmente cedida pela SEF.

Percebe-se então que duas das teses correntes na FAU acerca de seu lendário córrego oculto estão corretas: o curso d'água passa à esquerda e também à direita do edifício Vilanova Artigas.

O projeto básico de infraestrutura fornecido pela SEF revela que o “braço do Matão” segue para a av. Luciano Gualberto graças a um “cotovelo” de 90 graus, na altura do “poço” entre os lírios e o Instituto Oceanográfico.



Figura 20 – Quase imperceptível (parte inferior, centro), o bueiro sinaliza a mudança de rumo do braço da rua do Matão. Foto do autor.

Perpendicularizado, o “braço do Matão” passa pelo estacionamento da faculdade e encontra-se com o “braço do Lago” no gramado contíguo à av. Luciano Gualberto.

Neste trajeto de 200 metros um único bueiro conecta-o à superfície. Mas dele não emanam sons, cheiros ou rumores. Lacrado, cromaticamente camuflado no asfalto e escondido em área que não convida à deambulação, é como se não estivesse ali.

Unificado, atravessa a av. prof. Luciano Gualberto e segue sob o estacionamento da FEA. Pode-se ouvir o córrego sob uma enorme tampa localizada nos fundos do estacionamento. A busca é interrompida por um portão que separa o estacionamento do recuo lateral do prédio da FEA.



Figura 21 – Saindo da FAU, o córrego segue no estacionamento da FEA. Fotos do autor.

Contornado o obstáculo, depara-se com uma área verde atrás da livraria da FEA, espaço que no cotidiano é usado por um ou outro funcionário terceirizado que ali encontra sossego para fazer sua refeição. Avançando-se alguns metros, surge mais uma tampa de concreto. A sua dimensão não permite levantá-la. Uma falha do sepulcro fluvial, no entanto, permite a passagem de uma câmera fotográfica amadora, que registra o córrego e dá ideia da profundidade em que se encontra. Mal retomada a trilha, é novamente interrompida por grades.



Figura 22 – ... E continua sua jornada no “cantinho verde” atrás da livraria da FEA. Fotos do autor.

Ainda intraquadra, o córrego da FAU prossegue sua jornada nos fundos do restaurante da FEA, passando logo em seguida pelo que parece ser um depósito de material a ser encaminhado para a reciclagem. São trechos com acesso restrito.



Figura 23 – Atrás do restaurante da FEA, o córrego segue em terreno de acesso restrito (à esquerda). Segue por um centro de reciclagem, também de acesso restrito (à direita). Fotos do autor.

Contornados mais esses obstáculos, o córrego dá sinal de existência sob a forma de uma monolítica tampa de concreto. Dela emana um inconfundível barulho de água.

O córrego segue paralelo à fachada do Instituto de Relações Internacionais, avançando em direção ao terreno onde se ergue seu novo edifício. Impossibilitados de seguir o

seu leito provável, dado que a obra é de acesso restrito, conversamos com alguns de seus trabalhadores, que negam a existência de tampas e artefatos similares. Um dos trabalhadores, entretanto, confia que há tampa no terreno contíguo.



Figura 24 – À esquerda, tampa denuncia o córrego, que segue em direção ao Instituto de Relações Internacionais (centro) e passa, sem vestígios, pela obra do novo edifício do Instituto. Crédito: Fotos do autor.

Trata-se de terreno de apoio para a execução de benfeitorias no campus. Sua entrada depende de burocracias variadas e calendário incerto. No entanto, o mesmo funcionário que nos nega a passagem confirma a existência de uma tampa com as características do monolítico jazigo fluvial.

De frente a este terreno está a área de manutenção da Politécnica. Embora suas dependências não apresentem sinal do córrego, seus fundos reservam melhor sorte.



Figura 25 – Terreno de apoio para benfeitorias no campus. À direita, manutenção da Poli. Fotos do autor.

Os metros finais do percurso do córrego oculto da FAU de certa forma redimem os maltratos a que foi submetido. Sob uma horta mantida por funcionários da manutenção da Escola Politécnica, um recuo nos cultivos revela a sua presença: o córrego oculto da FAU chega ao canal de drenagem popularmente conhecido como rio Tejo. Estamos diante da foz do córrego da FAU.

A tubulação em semicírculo parece exagerada para a vazão do córrego, mas o sr. Francisco, funcionário da Poli, relata que mais de uma vez, durante forte chuva de verão, viu o Tejo extrapolar sua calha e banhar a horta.

E é assim, numa horta sobre área alagável, que o córrego oculto da FAU encerra a sua jornada. É uma foz singela, mas repleta de significados. Ela nos remete a uma paisagem atávica, aquela a que nossos antepassados, ao fixarem-se nas margens de rios e córregos, lhe confiaram a sobrevivência.



Figura 26 – A Foz do córrego oculto da FAU (à esquerda). Sobre ela, uma horta mantida por funcionários da manutenção da Poli (à direita). Fotos do autor.

É somente na foz que os “córregos ocultos da FAU” ganham a luz do dia. Suas águas lentamente congregam-se aos líquidos suspeitos que formam o Tejo. Juntos, o caudal avança para o desague no também canalizado e ocultado Ribeirão Jaguaré, tributário do castigado Rio Pinheiros.

À MONTANTE DE UMA CONCLUSÃO

Sob muitos aspectos, comprovar a existência desta lenda urbana – assumindo que o adjetivo pode se aplicar ao campus do Butantã - foi tarefa sensivelmente diferente da que se enfrenta quando se investiga os córregos ocultos da “cidade lá fora”.

As soluções urbanísticas que denunciam a presença subterrânea de córregos canalizados, tais como becos, vielas, escadarias e fragmentos de áreas livres, não compõem na cidade universitária.

As extensivas operações de corte e aterro na produção do CUASO se harmonizam com a lógica da “tábula rasa” tão cara ao modernismo, paradigma que em boa medida ditou a produção desse campus da Universidade de São Paulo.

Seja como for, o urbanismo hidrofóbico que culminou na erradicação do fluvial da paisagem paulistana é ainda mais difícil de ser entendido no campus da USP, dado que seus rios e córregos poderiam ter ajudado a compor a paisagem pastoral à saxônica tão almejada pela Comissão da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, lá nos anos 50.

De certo nada vale chorar o líquido derramado, sabemos. No entanto, cabe apontar que é uma postura que permanece em boa medida inalterada.

Não se trata aqui de apontar soluções ou arriscar diretrizes, mas de tão somente lembrar que os moradores de São Paulo há muito vem se manifestando contra o estado de seus rios e córregos. Multiplicam-se manifestações da sociedade civil que procuram construir uma nova relação da cidade com as suas águas.

Não seria mau se a Universidade de São Paulo desse o exemplo, revendo as relações espaciais que estabeleceu com seus rios e córregos. Mesmo que ocultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, L.A. **A toponímia oficial e espontânea na Cidade Universitária** – campus Butantã da USP. In: Revista da USP, n°56, São Paulo: Edusp, dezembro 2002/ fevereiro de 2003. p.164-171.

BARTALINI, Vladimir. **A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem.** Revista USP n. 70. São Paulo: USP, 2006.

_____ **Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos.** São Paulo: Arquitextos, 2009.

CAMPOS, E. S. **Cidade Universitária da Universidade de São Paulo: aspectos gerais do planejamento e execução.** Comissão da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1954.

História da Universidade de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2004.

COCESP (Coordenadoria do Campus da Capital do Estado de São Paulo). **Projeto de recuperação da mata ciliar em nascente, córrego, lago e canal de drenagem no campus capital da USP – Memorial Descritivo.** Disponível em <http://200.144.189.97/phd/LeArq.aspx?id_arq=5576>. Acessado em 02 de julho de 2013.

COSTA, Hubert Bayer. **Hidrogeomorfologia e Sistemas de Informação Geográfica Integrados a um Modelo Hidrológico na bacia do Córrego Poá, Taboão da Serra.** Dissertação. (Mestrado em Geografia Física). São Paulo: FFLCH, 2003.

CUSTÓDIO, Vanderli. **A persistência das inundações na Grande São Paulo.** Doutorado. (Tese em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH, 2002.

MACEDO, Adilson Costa. **Idéias Preliminares para o Projeto Urbano da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAUUSP, 1987.

MARQUES, V.A.A.M; ZIMITROWICZ, W. **A inserção do Campus da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” na malha urbana da cidade de São Paulo.** Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo: Epusp, 1998.

METMAT (Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais). **Despoluir e preservar o Tejo.** Disponível em <www.pmt.usp.br/academic/landgraf/tejo.htm>. Acessado em 01 de julho de 2013.

POLI (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo). **Prof. Dr. José Augusto Martins - 1976-1980 e 1982-1986.** Disponível em <<http://www3.poli.usp.br/pt/a-poli/historia/galeria-de-diretores/217-prof-dr-jose-augusto-martins.html>>. Acessado em 01 de julho de 2013.

REALE, Miguel. **Minhas Memórias da USP.** In: Estudos Avançados vol.8 - n.22. São Paulo: Edusp, 1994. P. 25-46.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das Águas – Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901).** São Paulo: Editora Senac, 2007.

SEABRA, Odette. **Nos meandros dos rios nos meandros do poder.** Tese. (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH, 1987.

TOLEE, Eni Cardoso. **Nossas águas: uma reflexão cotidiana.** In: Revista USP, n.70. São Paulo: Edusp, junho/agosto de 2006. p.36-45.